



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

20

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Recurso de Agravo nº 0282927-2/01

Recorrente: Natanael Beltrão Silva e Outros

Recorrido: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

**EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. REMUNERAÇÃO. REVISÃO. "VENCIMENTO BÁSICO DE REFERÊNCIA - «VBR»". LEIS ESTADUAIS Nº 10.426/90 e Nº 11.216/95. DERROGAÇÃO. LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 32/01. «PRESCRIÇÃO» QUINQUENAL. DECRETO Nº 20.910/32. RECURSO DE AGRAVO CONHECIDO E IMPROVIDO À UNANIMIDADE.**

1. A irresignação do recorrente alberga, entre outras alegações, a de violação ao art. 6º da Lei nº 10.426/90, que estabeleceu a projeção vertical de escalonamento dos soldos, e à Lei Estadual nº 11.216/95 (art. 11 e 12), que fixou o Valor Básico de Referência- VBR, como o menor soldo. Dos autos extrai-se que entende o autor que a lesão renovar-se-ia mês a mês, a configurar uma relação de trato sucessivo.
2. Portanto, a questão subjudice revela a impossibilidade do pagamento aos militares por parte do Estado de Pernambuco, de soldo inferior ao piso salarial do funcionalismo estadual, estabelecido na lei 11.216/95, em que assevera o piso mínimo para pagamento, qual seja, R\$ 130,00.
3. Tendo em vista a remissão feita, pela lei nº 10.426/90, ao valor do mínimo legal, a atualização deste deve ser considerada na evolução salarial militar, equiparando-se a esse montante, também, o menor valor do soldo.
4. A Lei Complementar Estadual nº 32/01, ao fixar novos valores nominais para o soldo e para as gratificações, manteve o decesso remuneratório, mas derogou as formas de cálculo instituídas em leis anteriores, inclusive na Lei Estadual nº 11.216/95.
5. A lesão, que se renovava mês a mês, consolidou-se, por assim dizer, em um ato singular, a vigência da Lei Complementar Estadual nº 32/01, contando-se, a partir deste momento, o prazo prescricional de 5 (cinco) anos, previsto no art. 1º do Decreto nº 20.910/32.
6. Se a vigência foi iniciada na data de publicação da lei, 27.04.2001, é certo que a pretensão já se encontra extinta pela «prescrição», ao tempo da propositura da ação, 19.08.2009.
7. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do RECURSO DE AGRAVO DE Nº 0282927-2, em que figuram como recorrente NATANAEL BELTRÃO SILVA E OUTROS e como recorrido o ESTADO DE PERNAMBUCO,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em negar provimento ao Recurso de Agravo interposto, na conformidade do voto do Relator, que devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

Recife, 26 de 09 de 2013.

Des. Antenor Cardoso Soares Junior  
Relator.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

31

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Recurso de Agravo nº 0282927-2/01

Recorrente: Natanael Beltrão Silva e Outros

Recorrido: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra a decisão terminativa exarada às fls. 270/272 dos autos da Apelação de nº 0282927-2, que negou seguimento ao apelo interposto em face de sentença proferida pelo MM Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca do Recife que, nos autos da Ação Ordinária Revisional de Remuneração (Processo nº 0131368-72.2009.8.17.0001), negando a parte apelante, por reconhecer prescrito, o direito à percepção das diferenças não quitadas e relativas ao pagamento de soldo, respeitando-se o valor mínimo do Valor Básico de Referência – VBR, atrelado à Tabela de Escalonamento Vertical, com os pretendidos reflexos em suas gratificações e vantagens.

Pois bem, o presente de Recurso de Agravo, interposto por Natanael Beltrão Silva e Outros, pretende a reforma da decisão terminativa mencionada no parágrafo anterior, decisão aquela que negou seguimento ao apelo, considerando que a matéria controvertida encontra-se sedimentada pela jurisprudência deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, passando a ratificar a sentença prolatada nos autos da Ação Ordinária Revisional de Remuneração (Processo nº 0131368-72.2009.8.17.0001), conforme acima também comentado.

Outrossim, o recorrente alega, em síntese, ter havido descumprimento dos arts. 40, §§ 7º e 8º, assim como ao art. 42, §2º, todos da CF/88, que dispõe que os proventos dos servidores inativos serão revistos na mesma proporção e na mesma data em que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, inclusive estendendo-se aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores ativos.

Tece considerações acerca dos arts. 4º, 5º e 6º da Lei nº 10.426/90<sup>1</sup>, dispositivos estes que dispõem sobre a soldo, o seu valor, que não pode ser inferior ao menor vencimento estabelecido para os demais servidores estaduais, bem como sobre a Tabela de Escalonamento Vertical. Sobre tal, assevera que a LC 13/95 manteve o escalonamento vertical na estrutura de remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

Faz menção aos arts. 11 e 12 da Lei nº 11.216/95<sup>2</sup>, que reajustou os símbolos de vencimentos do funcionalismo público, adotando, para fins de limites e

<sup>1</sup> Art. 4º Soldo é a parte básica dos vencimentos inerentes ao posto ou à graduação do servidor militar da ativa.

Art. 5º Ao servidor militar é assegurado o direito de ter o seu soldo fixado valor em valor nunca inferior ao menor vencimento estabelecido para os demais servidores estaduais.

Art. 6º O valor do soldo do posto de Coronel será fixado em lei e servirá de base ao cálculo do soldo dos demais postos e graduações mediante aplicação dos índices da Tabela de Escalonamento Vertical anexa a esta lei, respeitado o disposto no artigo 5º.

Parágrafo único - O valor do soldo reajustado sempre na mesma época em que se der a revisão dos vencimentos dos demais servidores e no mesmo percentual para todos os postos e graduações.

<sup>2</sup> Art. 11 - O Estado adotará, para fins de determinação de limites e estabelecimento de faixas de remuneração, o vencimento básico da referência - VBR, correspondente ao valor do menor



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

estabelecimento de faixa de remuneração, o Valor Básico de Referência - VBR, fixando em R\$ 130,00.

Neste contexto, defende que os militares, desde 1º de maio de 1995, vêm recebendo seus vencimentos/proventos de forma irregular, em repleta disparidade em relação ao que apregoava a Lei nº 11.216/95. Em vista disto, requer a correção do valor do soldo a contar daquela data, observado o prazo prescricional referente aos 05 (cinco) últimos anos que antecederam a propositura da ação.

Por derradeiro, requer seja dado provimento ao recurso de agravo, a fim de dar seguimento ao apelo interposto pela parte ora recorrente, e caso assim não entenda esta Relatoria, seja conhecido o presente recurso e seja posto em mesa para julgamento pelo Órgão Colegiado.

Não acolhendo esta Relatoria a insurgência do ora recorrente, por razões adiante demonstradas, prejudicada a retratação, coloco o processo em mesa, para julgamento.

É o relatório.

VOTO

Não assiste razão ao recorrente, haja vista os fundamentos esposados serem insuficientes para modificar a decisão monocrática prolatada, uma vez que a recorrente insiste, por meio de artifícios lingüísticos, em alterar a realidade fática e a aplicação precisa da norma ao caso, e isto diante de circunstâncias que autoriza esta Relatoria afirmar que a matéria controvertida encontra-se sedimentada pela jurisprudência deste Tribunal de Justiça de Pernambuco. Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão terminativa proferida, por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remissão, para que faça parte integrante da presente decisão (fls. 270/272 dos autos da Apelação de nº 0282927-2):

XX

Diante de todo exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao recurso, para que seja mantida a decisão terminativa concedida no bojo do Apelo supramencionado:

É como voto.

Recife, 09 de 09 de 2013.

Des. Antenor Cardoso Soares Junior  
Relator

vencimento, soldo ou salário básico atribuído a cargos ou empregos dos quadros de pessoal da administração direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1º - o valor nominal do vencimento Básico de Referência - VBR será corrigido anualmente em 1º de maio de acordo com o índice aplicável a política de revisão geral da remuneração dos servidores públicos estaduais.

§ 2º - O parágrafo precedente não é impedido de remunerações remuneratórias no período nele fixado.

Art. 12 - A partir de 1º de maio de 1995, o valor do vencimento Básico de Referência - VBR é fixado em R\$ 130,00 (cento e trinta reais).